



Índice

- 01** Índios de Terra Roxa convocam encontro e apresentam sugestão para “conflito”
- 02** Estudo realizado na UnB mostra que uma língua indígena é perdida por década
- 03** Desenhos indígenas são expostos na Biblioteca Pública do Acre
- 04** Peru deve rever lei sobre indígenas em vitória para mineradoras
- 05** Política indígena brasileira vive momento perigoso, diz antropóloga da UFRJ
- 06** Líder indígena adverte que 'Ganância mata o mundo'
- 07** Tekoha: A questão indígena em Mato Grosso do Sul, num belo trabalho do MPF
- 08** Pronatec Indígena forma primeira turma em Mato Grosso do Sul
- 09** Comissão da Câmara conclui que o Estado errou ao ceder áreas indígenas a produtores
- 10** STF rejeita manobra do governo de MS contra demarcação de terras indígenas
- 11** Comitativa de Brasília é acusada de abandonar audiência e deixar indígenas sem resposta
- 12** Bolívia: Línguas indígenas na sala de aula

Índios de Terra Roxa convocam encontro e apresentam sugestão para “conflito”
SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 01.05.2013



Terra Roxa - Diante do impasse que vem ocorrendo entre índios e proprietários de terras no Paraná e Mato Grosso do Sul, indígenas de Terra Roxa enviaram convites à prefeitura, promotoria, juiz e Funai com objetivo de esclarecer o posicionamento das tribos que estão no município. Eles dizem que querem apenas um pedaço de terra, algo em torno de 30 hectares, e não os 100 mil hectares que os ruralistas estão divulgando.

O encontro amigável foi realizado sábado na Aldeia Tekoha Pohã Renda próximo ao trevo de

acesso à cidade sentido a Guaíra. A iniciativa ocorreu por meio do Cacique Oscar Benites Lopes, da Coordenação Regional Indígena no oeste do Paraná, que estava representado demais caciques das tribos existentes em Terra Roxa que hoje somam 5 aldeias.

Na ocasião foi realizada uma apresentação de dança e ritual religioso demonstrando a cultura indígena com a participação de crianças da aldeia onde os convidados foram chamados a participar promovendo interação entre as culturas.

Logo em seguida, o Cacique abriu um diálogo enfatizando a convivência pacífica que vem ocorrendo entre índios e homem branco, como intitulam a população não indígena, deixando claro a boa convivência com moradores terra-roxenses e o apoio da prefeitura de Terra Roxa no sentido de educação, saúde e assistência social ao qual o município vem realizando.

No que se refere ao processo da demarcação do território indígena, ao qual vem sendo enfatizado pela mídia nacional, o cacique deixou bem claro que são contra o total de 100 mil hectares que vem sendo divulgado como a área que está sendo reivindicada, e afirmou que 30 hectares seriam suficientes para adequarem as famílias da aldeia, oferecendo deste modo subsídios para a subsistência da tribo.

Ainda de acordo com o Cacique, as terras onde hoje estão assentados seriam o local correto, pois trata-se de uma região onde seus antepassados viveram antigamente e que esta extensão de terra seria o ideal ao plantio de milho, mandioca entre outras plantações voltada a alimentação, deixando claro que seria impossível manter uma área maior que 30 hectares devido a falta de recursos financeiros e de equipamentos para o cultivo e manutenção da área. A reivindicação amigável foi apresentada à prefeitura de Terra Roxa junto ao Ministério Público e Funai. A Aldeia Tekoha Pohã Renda existe há 1 ano e está instalada dentro de uma propriedade particular.

CONT.



Embora o posicionamento dos índios em Terra Roxa seja pacífica e ordeira, esta temática é complexa e envolve uma série de decisões que partem do Distrito Federal envolvendo inúmeros interesses e movimentos políticos que colocam em jogo o futuro de uma cultura que sobrevive aos tempos modernos preservando suas raízes, em meio a discussões e manobras que colocam em cheque a Funai.

Longe ainda de uma decisão definitiva a Aldeia Tekoa Pohã Renda de Terra Roxa demonstrou que é possível sim ter um diálogo aberto com as autoridades, possibilitando chegar a uma solução onde proprietários de terras e indígenas possam viver em harmonia e respeito mútuo.

INDIOS ESTRANGEIROS

Segundo os organizadores do evento, analisando o contexto histórico é possível constatar a forma como os índios foram dizimados no Brasil, perdendo direito às suas terras e sua dignidade, por outro lado especulações sobre movimentos políticos e os interesses das terras em jogo deixam arestas a serem resolvidas a fim de proteger a nação que corre sérios riscos ao terem importantes áreas sem a resguarda legal do país. Outra situação preocupante é a vinda de índios oriundos do Paraguai, Uruguai e Bolívia ao Brasil, deixando mais complicado ainda a solução deste tema. Em Terra Roxa foram registrados 20 novas matrículas nas escolas do município, o atendimento no sistema de saúde e assistência social também apresentou aumento, indicando deste modo o acelerado ritmo de crescimento da comunidade indígena. "Que o posicionamento dos índios de Terra Roxa possa ser um exemplo às demais aldeias do Paraná e Mato Grosso do Sul colocando fim a esta discussão que vem se arrastando sem nenhuma ideia ou solução onde ambas as partes possam em comum acordo estipularem de forma coerente e respeitosa um acordo definitivo e seguro", disse um dos participantes.

Estudo realizado na UnB mostra que uma língua indígena é perdida por década
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 01.05.2013

Pesquisa da UnB mostra que o país tem cerca de 200 línguas nativas, ainda faladas pelos índios. Mas mantê-las vivas não é fácil. Mais de mil dialetos desapareceram desde o descobrimento do Brasil, cinco séculos atrás



Índio Fulni-ô, em Pernambuco: única etnia da Região Nordeste que conseguiu preservar a língua nativa

Das cerca de 1.250 línguas indígenas que eram faladas no Brasil na época do descobrimento, em 1500, mais de mil se perderam para sempre ao longo desses cinco séculos. E, pelo menos, uma língua nativa vai desaparecer a cada década, de acordo com estudos conduzidos pelo professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (LaLi-UnB). Em alguns casos, poucas pessoas mantêm vivas as palavras de idiomas nativos, como o dos três únicos índios que falam canoê, em Rondônia, e dos dois que se comunicam em piripicura, em Mato Grosso. Mas nem os órgãos de Estado sabem exatamente quantas línguas nativas ainda são faladas no Brasil.

O último levantamento do LaLi-UnB apontou a existência de pelo menos 199 línguas indígenas no Brasil. As afinidades gramaticais e léxicas entre muitas delas permitem que sejam agrupadas em 42 famílias linguísticas, derivadas de troncos, dos quais se destacam o tupi, com 10 famílias, e o macro-jê, com 12. O Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, contabilizou 897 mil índios em todo o território nacional, divididos em 305 etnias e 274 línguas. Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), são 180 os idiomas nativos.

Desenhos indígenas são expostos na Biblioteca Pública do Acre

SÍTIO GLOBO.COM, 01.05.2013

*Artes foram realizadas por 5 povos indígenas diferentes.
Os desenhos fazem parte do acervo de três instituições.*



Arte indígena pode ser vista nas paredes da biblioteca (Foto: Natth Costa/Assessoria Biblioteca Pública)

Durante todo o mês de maio, a Biblioteca Pública do Acre vai apresentar em suas paredes 8 banners com arte indígena de 5 povos diferentes. Lançado na última terça-feira (30), a exposição conta com arte dos povos asháninka, manchineri, yawanawá, shawãdawa e kashinawá.

Até a próxima quarta-feira (8), também estará em exposição na entrada da biblioteca esculturas de madeira e quadros com desenhos. A coordenadora da exposição, Juliet Mattos, explica que o objetivo é trazer a arte indígena mais perto da população. "A intenção é vestir os prédios públicos em arte indígena", afirma.



Professor Lucas Manchineri
(Foto: Natth Costa/Assessoria Biblioteca Pública)

O professor indígena Lucas Manchineri, explica que é importante mostrar a cultura de diferentes povos indígenas através dos desenhos. "Os povos são muito diversos, cada um tem sua forma de fazer as coisas. Os desenhos mostram isso", disse. Para ele, a exposição aproxima a cultura indígena na cidade e mostra sua importância para a população.

Os desenhos expostos foram realizados por professores e agentes agroflorestais indígenas. A iniciativa é uma realização da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre), Organização dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 072 / 2013

Brasília, 02 de maio de 2013.

Professores Indígenas do Acre (Opiac) e Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac).

Os desenhos faziam parte dos arquivos das três instituições, que tiveram o apoio da Fundação Elias Mansuor para realizar a exposição.



Peru deve rever lei sobre indígenas em vitória para mineradoras

SÍTIO UOL, 01.05.2013

LIMA, 1 Mai (Reuters) - O ministro da Mineração do Peru está vencendo uma batalha fundamental no governo ao deixar o presidente Ollanta Humala inclinado a rever a aplicação da lei que dá aos grupos indígenas voz sobre novas minas e projetos de petróleo --e provavelmente um vice-ministro irá renunciar em protesto.

De acordo seis pessoas com conhecimento direto sobre o cabo-de-guerra interno, o ministro das Minas e Energia, Jorge Merino, tem prevalecido na disputa sobre se as comunidades de língua quechua da região rica em minérios nos Andes serão cobertas pela lei.

Fontes disseram que o ministro teme que a aplicação da lei em todo o planalto --como o governo disse uma vez que pretendia fazer-- iria atrasar investimentos de 50 bilhões de dólares em mineração.

Várias pessoas no gabinete de Merino recusaram repetidos pedidos por telefone e e-mail para comentar o assunto.

A disputa ressalta um dilema que enfrenta o Peru, uma das economias de mais rápido crescimento da América Latina: como desenvolver a sua vasta riqueza mineral abordando também um legado de desigualdade de seu passado colonial.

A "lei de consulta prévia", que Humala elogiou durante sua campanha de 2011 como um bálsamo para os conflitos generalizados sobre os recursos naturais, obriga as empresas a negociar acordos com as comunidades indígenas antes de construir novas minas ou poços de petróleo em torno de suas terras.

A lei não dá às comunidades o poder de vetar um projeto, mas as mineradoras dizem que poderia dificultar a aprovação de novas minas de ouro a chumbo.

"Merino percebeu que com esta lei o governo estava atirando no próprio pé", disse uma fonte do setor.

Eva Arias, chefe da associação de empresas de mineração do país, foi mais diplomática.

"Esperamos que a lei não seja politizada. Poderia ser uma ferramenta para forjar consensos e desenvolvimento ... caso contrário, poderia diminuir os investimentos", disse ela a jornalistas.

Os investimentos estrangeiros em mineração servem como um motor para a economia peruana. Fontes do setor privado e do governo disseram que o debate sobre como aplicar a nova lei tem colocado os ministérios de Mineração e das Finanças contra os ministérios de Cultura, Meio Ambiente e Inclusão Social.

CONT.



Ivan Lanegra, vice-ministro da Cultura encarregado de implementar a lei, pretende deixar o cargo já nesta semana, disseram duas fontes próximas do assunto.

"Merino parece ter vencido", disse um ex-chefe de gabinete que acompanha de perto a controvérsia, acrescentando que as mudanças podem agravar as tensões que a lei deveria prevenir entre as cidades e empresas.

"Eu acho que isso é um grande erro e vamos todos pagar no final as contas", disse a fonte. "Quando essas comunidades ficarem com raiva vão atacar as minas debaixo de seus narizes."

Humala reformulou seu gabinete duas vezes desde que assumiu o cargo depois que os protestos anti-mineração tornaram-se violentos.

Quechua --a língua do império inca-- é falada por cerca de 3 a 5 milhões de pessoas no Peru. O quechua é o mais numeroso e generalizado entre os 50 grupos indígenas no Peru.

NEGAÇÃO DE DIREITOS

Lanegra defende que a lei deve abranger as comunidades andinas de língua quechua, porque eles são "indígenas" - com uma língua e cultura únicas, e uso compartilhado da terra.

A posição de Merino é que os quechuas não devem ser considerados "indígenas" sob a lei porque se misturaram aos colonizadores espanhóis há séculos, têm muitas vezes assembleias municipais e são menos isolados do que tribos da Amazônia.

Ativistas quechuas dizem que se vêem como indígenas.

"Nós não queremos mais ser invisíveis. Queremos o direito de dizer 'isto é o que queremos em termos de desenvolvimento'", disse Tania Pariona, líder quechua da região de Ayacucho.

Cidades quechuas têm sido muitas vezes chamadas de "comunidades camponesas" desde a reforma agrária da década de 1970, mas as tribos na Amazônia --que detêm a maioria dos campos de petróleo e gás do Peru-- são referidas como "indígenas" ou "nativas".

O Escritório de Direitos Humanos do Peru disse que "comunidades camponesas" detêm cerca de 19 por cento de toda a terra e "comunidades nativas" 9 por cento.

Humala, falando na TV no domingo, parecia endossar a postura de Merino.

"Nos Andes existem comunidades principalmente agrárias ... comunidades indígenas são em sua maioria na selva", disse Humala.

"O espírito da lei é dar voz às comunidades que não têm uma", disse Humala. "Hoje em dia poucas comunidades carecem de uma autoridade, como prefeito, que faz a ponte com o governo."

CONT.



.A posição de Humala pode frustrar ainda mais os críticos que dizem que ele abandonou parte da esquerda que votou nele e se aproximou dos grandes negócios depois que tomou posse.

"Não se trata de vulnerabilidade ou 'pureza' cultural, mas 'diferença cultural'", disse Lanegra dias antes Humala falar.

"Quechuas são indígenas. Não há maneira de contornar isso sob a lei do Peru e do pacto da ONU sobre direitos dos povos indígenas", disse Lanegra.

CASO A CASO

Lanegra também queria que os projetos de exploração de mineração fossem sujeitos à lei, mas na semana passada o governo isentou 14 deles.

"Se não houver exploração não há mineração", disse Merino em estação de TV local. "Temos que nos manter competitivos, caso contrário veremos os investimentos indo para outro lugar."

A mineração representa cerca de 60 por cento das receitas de exportação do Peru, embora os gastos domésticos tenham impulsionado as taxas de crescimento de 6 por cento do país nos últimos anos.

Mais de 20 países já ratificaram o pacto da ONU sobre direitos dos povos indígenas, e as autoridades consideram o Peru como o primeiro estabelecer uma lei consulta prévia.

Após tomar posse, Humala assinou a lei em 2011, na cidade de Bagua, na selva, onde um confronto entre a polícia e tribos da Amazônia matou 33 pessoas em 2009, prejudicando o presidente Alan Garcia, cujo mandato foi marcado por cerca de 200 mortes nos protestos.

Naquele momento, Humala citou especificamente o povo quechua como um grupo que seria coberto pela lei.

Pelo menos 24 pessoas morreram em conflitos sociais até agora durante o governo de Humala - principalmente sobre os recursos naturais.

Muitas cidades temem que a exploração mineira irá poluir, utilizar a água escassa ou deixar de trazer suficientes empregos e receitas fiscais.

Há cerca de um ano e meio, desde que o Congresso aprovou a lei, o Peru está agora inclinado a determinar caso a caso se uma comunidade é elegível à cobertura da lei.



Política indígena brasileira vive momento perigoso, diz antropóloga da UFRJ
SÍTIO O FLUMINENSE, 01.05.2013

O movimento indígena brasileiro vive um momento delicado, frente às pressões de setores econômicos e políticos que cobiçam as terras e aldeias indígenas para a exploração de madeira, agricultura ou recursos naturais e minerais. A avaliação é da antropóloga Elsja Lagrou, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que adverte para uma perda de direitos históricos, duramente conquistados pelos índios nas últimas décadas.

Segundo ela, um exemplo disso é a possível aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000), que inclui nas competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a criação de unidades de conservação ambiental e a ratificação das demarcações já homologadas.

“Estamos vivendo um momento perigoso, com o ressurgimento de uma ideologia desenvolvimentista que não sabe avaliar os riscos que os recém-conquistados direitos dos índios estão correndo hoje em dia. Isso acontece quando se começa a recolocar em questão os direitos ao território e os direitos à continuação a um estilo de vida. Essa euforia desenvolvimentista está colocando em risco muitas conquistas indígenas, que só vão poder se consolidar se os índios ganharem cada vez mais espaço para se fazer ouvir, nas universidades e nas grandes metrópoles”, disse Elsja.

Além das pressões sobre as terras indígenas no interior do país, um exemplo de perda recente, segundo ela, foi a experiência da desocupação do antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro, quando índios e integrantes da sociedade civil foram retirados com violência policial do imóvel, no dia 22 de março. O local onde nasceu o Serviço de Proteção ao Índio, no século passado, vai ser transformado em um museu olímpico, por determinação do governo do estado.

“Foi um momento que colocou em relevo uma questão que não se reduz à dimensão indígena. Qual o preço que a cidade vai pagar para receber grandes eventos? Nacionalmente e internacionalmente houve muita divulgação desse embate e a visibilidade da presença indígena na cidade é muito importante. A questão precisa voltar a receber a atenção de uma década atrás, quando havia uma atitude muito mais aberta para as sociedades indígenas”.

A antropóloga defende a criação de um centro de referência indígena que garanta apoio aos índios em trânsito na cidade, principalmente estudantes, como era a ideia dos manifestantes que ocuparam o antigo Museu do Índio. “É crucial ter esse centro, onde possa existir uma troca à altura da riqueza dos conhecimentos indígenas, além de garantir a possibilidade de um pouso [para os viajantes de outras aldeias]. O aumento do número de estudantes indígenas vai fazer com que essa necessidade seja mais sentida. Alguns centros de estudos estão sendo criados, mas precisam de apoio político para se desenvolver”.

A professora contesta a o conceito daqueles que não reconhecem o índio urbano, pelo fato de não usar indumentária típica ou de utilizar vestimentas típicas das cidades e equipamentos

CONT.



tecnológicos como computadores e telefones celulares.

“O que é responsável pelo pertencimento a uma identidade, a uma etnia, é a consciência e a autoatribuição de um pertencimento a um grupo étnico e o reconhecimento pelos outros que essa pessoa pertence a esse grupo. O lugar não determina de jeito nenhum a consciência de pertencimento e as roupas, muito menos ainda”.

Para ela, a noção de que o índio verdadeiro é só o que vive na floresta reflete uma visão extremamente preconceituosa. “Existe [este preconceito] e tem sido usado politicamente para diminuir os direitos indígenas. Existe historicamente muito mais pessoas com herança indígena do que tem sido reconhecido. Esse argumento de que só é índio quem vive na floresta e que só é índio quem anda nu é hiperpreconceituoso e discriminador, para poder diminuir a chance dos indígenas exigirem o respeito aos seus direitos. É uma definição limitadora do que é identidade indígena, por parte de pessoas que competem com os índios pela terra”.

Líder indígena adverte que 'Ganância mata o mundo'

SÍTIO A CRÍTICA, 02.05.2013



Na paisagem de São Gabriel, a bela adormecida (ao fundo) e, no detalhe, Miquelina alerta sobre a desordem no mundo (Clóvis Miranda)

"O mundo está muito atrapalhado", alerta uma das mais importantes líderes indígenas da Amazônia, Maria Miquelina Barreto Tukano. Para desatrapalhar o mundo, Miquelina defende a reunião das pessoas, a coragem e a determinação como uma condição necessária ao enfrentamento da política que "faz mal à humanidade".

A declaração de Miquelina foi feita após assistir, na noite de sábado(26), ao documentário "Belo Monte - anúncio de uma guerra", no Centro Cultural Reunidos, na Praça do Congresso, Centro de Manaus. Uma das convidadas a falar ao público, a líder indígena emocionou os presentes ao contar um pouco da história de vida dela e do respeito que tem pelo líder caiapó Raoni - "um parente sábio que faz da vida dele a nossa defesa". Miquelina chegou a Manaus em 1986 e afirma ainda se sentir uma estranha na cidade. Em 27 anos morando na capital, Miquelina experimentou o preconceito e a desconfiança, mas também descobriu amigos e parceiros. A cada participação nos eventos em defesa dos direitos indígenas, ela conquista admiradores. Não mudou o jeito. Intercala a voz entre o tom mais suave e o mais forte, sempre firme, recorrendo à sabedoria aprendida no convívio com as vidas da floresta.

"O sofrimento dos nossos parentes do Xingu é o nosso sofrimento", disse Miquelina ao criticar a construção da hidrelétrica de Belo Monte (próximo ao Município de Altamira, Pará). "Sofremos com o governo militar e hoje sofremos com o governo popular. Somos tratados como classe inferior", lamenta a indígena para quem os projetos governamentais na região, como as grandes hidrelétricas, representam a decretação da morte dos povos indígenas. "Sem terra não temos vida; se tiram a terra da gente, o que vai restar?"

CONT.



Miquelina lamentou que hoje já não se possa ver a estrela da manhã, perdida porque a natureza mudou muito e o "mundo ficou muito atrapalhado por causa da ganância dos homens e dos bancos. Ganância que só faz crescer". Para ela, a humanidade piora cada vez que perde um direito como esse: ver a estrela da manhã.

A líder indígena lembrou que um militar, em São Gabriel da Cachoeira (AM), lhe perguntou o porquê de não se retirar as pedras dos rios do município. "Essas pedras eram de uma montanha que caiu e se espalhou pelo rio como ensinamento para nós e para os outros. Não é para tirar, é para aprender a lidar com os obstáculos", ensina.

Fórum cria agenda de intervenções

Mais de 70 pessoas participaram, no sábado(27), à noite, no Centro Cultural Reunidos, na rua Monsenhor Coutinho, Praça do Congresso, Centro, do debate sobre "povos indígenas e hidrelétricas". O encontro é uma promoção mensal do Fórum de Mulheres Afroameríndias e Caribenhas do Amazonas, em parceria com o Centro Cultural, e um coletivo de organizações.

Entre a apresentação do documentário "Belo Monte - Anúncio de uma guerra", de André D'Elia (Brasil, 2012, 105 min.) e as intervenções populares, capoeiristas fizeram da outra parte do encontro uma louvação às culturas afro e indígenas. No pequeno palco, jovens e crianças se revezavam nos jogos frenéticos da capoeira. Pernas e braços cortavam espetacularmente o espaço sob o som de berimbaus e pandeiros e os aplausos de um público maravilhado com que via.

O Fórum de Mulheres Afroameríndias e Caribenhas nasceu em 2012 após a realização, em 25 de julho, de encontro que tem esse mesmo nome. Desde lá, uma vez por mês, no Centro Cultural Reunidos, é feita uma atividade incluindo temas que se constituem hoje questões de interesse nacional e internacional e envolvam as lutas dos povos e das mulheres. A cada atividade é exibido um filme e, em seguida, são feitas intervenções livres.



Tekoha: A questão indígena em Mato Grosso do Sul, num belo trabalho do MPF

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 01.05.2013



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Após algumas publicações em diferentes formatos, o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul lançou um Blog que é uma bela homenagem aos Guarani-Kaiowá e ao Abril Indígena. Nele, é possível ver informações sobre o estágio de luta e de demarcação de cada uma das comunidades do estado, divididas em quatro grupos: áreas sem estudo; áreas com estudo, mas sem publicação; áreas declaradas; áreas homologadas; ou aldeias urbanas.

Na Apresentação, o MPF afirma:

O panorama é amplo e inclui tanto áreas que já chegaram ao final do processo demarcatório até aquelas em que sequer foram iniciados estudos antropológicos. Em comum, todas as áreas visitadas encontram dificuldades estruturais, violência, fome, preconceito e, surpreendentemente, ainda conservam a esperança de dias melhores.

E é essa esperança que leva os índios a permanecer anos a fio na beira de estradas, vivendo precariamente e sonhando em reconquistar a terra de seus antepassados. Eles não querem apenas uma terra, lutam pelo direito de viver no local que consideram sagrado, seu TEKOKHA, a terra à qual pertencem. Os indígenas invertem a lógica da sociedade ocidental. A terra não tem um valor de uso, mas um valor em si mesma. É a mãe que fornece todo o necessário para a sobrevivência física e espiritual.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 072 / 2013

Brasília, 02 de maio de 2013.

Neste sentido, a conquista da terra é a conquista da própria identidade indígena. Em última instância, não é uma luta por um bem econômico mas pela própria vida.

Acompanhe essa viagem, informe-se, emocione-se e compartilhe.

Vale, de fato, seguir o conselho. Os links abaixo encaminham diretamente para os principais dos diversos conflitos. Para cada um, há um vídeo feito pela equipe do MPF na comunidade, um breve texto contextualizando sua história e fotos também tiradas em cada local. Mas penso que muito mais razoável é direto até o Blog, clicando no seu nome: Tekoha.



Pronatec Indígena forma primeira turma em Mato Grosso do Sul

SÍTIO DOURADOS AGORA, 01.05.2013

A comunidade indígena, com diversos municípios de Sidrolândia, marcou presença na cerimônia de formatura da primeira turma do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec Indígena, na Câmara Municipal de Sidrolândia, na segunda-feira (29).

No total concluíram o curso 21 alunos, distribuídos entre os cursos de panificação, pedreiro e costura industrial.

Durante o período de curso, executado pelo Serviço Nacional da Indústria (Senai), os alunos indígenas recebem transporte e alimentação.

Mato Grosso do Sul se destaca em oferecer esta qualificação destinada exclusivamente aos povos indígenas. A secretária de Trabalho e Assistência Social, Tania Garib, enalteceu a força e o empenho dedicados pelos formandos nessa tarefa.

“Sei que vocês são vitoriosos, por terem dedicado tempo e esforço para alcançar um futuro melhor, e por isso estão de parabéns”.

A secretária reforçou o compromisso do governo do Estado com a qualificação e qualidade de vida dos povos indígenas, e ainda manifestou um desejo.

“Satisfação minha, e de todos aqui, será ainda maior quando um dia passarmos em uma obra, uma padaria, uma oficina de roupas e virmos que lá está a mão de um dos alunos formados aqui nesta noite. Será, sem dúvida, uma alegria ainda maior”, revelou.

Rosa Rodrigues, 24, é uma das formandas do curso de panificação. A jovem, mãe de dois filhos gêmeos, conta que viu na qualificação oferecida pelo Pronatec Indígena uma oportunidade de ajudar seu marido em casa e ainda ter uma nova ocupação.

“Agora que eu já sei fazer mais coisas, vou me empenhar para trabalhar em casa com pães e bolos, mas ainda quero mais depois que eu tiver mais prática”, conta.

Animada com a formação, também está a indígena da aldeia Lagoinha, Marilene Gabriel, 45, que acaba de concluir seu curso de costura industrial.

Seu objetivo, conta, é se aprimorar para costurar para fora. “Vou correr atrás de serviço, mas enquanto isso vou fazendo em casa, com pequenas costuras e reparos. Acho que vai dar pra ganhar algum [dinheiro]”, revela.

Outro cuja satisfação era visível em sua face era Alexandre Silva, 30, da aldeia Córrego do Meio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 072 / 2013

Brasília, 02 de maio de 2013.

Agora pedreiro, Alexandre aproveitou a alta demanda por mão de obra qualificada na construção civil para se motivar e buscar qualificação. "Quando eu vi pedreiro, eu pensei: é esse.

Tô começando em casa, pra ficar bom, e dar uma ajeitada, mas logo logo vou trabalhar fora e ter mais uma fonte de renda", diz sorridente.

Entre esses três formandos, há pelo menos um objetivo em comum, o de continuar sua formação profissional e buscar novas perspectivas de vida, que reflitam em suas vidas e de suas comunidades. (SEGOV-CO)

Comissão da Câmara conclui que o Estado errou ao ceder áreas indígenas a produtores

SÍTIO DOURADOS AGORA, 01.05.2013

Estado brasileiro cometeu um erro ao distribuir terras ou permitir negociação de áreas tradicionais dos indígenas



Depois da visita ao acampamento, que contou com a participação do procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, a Comissão constatou que a situação dos indígenas de Mato Grosso do Sul impressiona pela dimensão e persistência

O relatório sobre a situação dos índios guarani-kaiowá em Mato Grosso do Sul, produzido pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados formada exclusivamente para acompanhar a questão, concluiu que o Estado brasileiro cometeu um erro ao distribuir terras ou permitir negociação de áreas tradicionais dos indígenas. O documento é resultado da visita técnica feita ao acampamento Pyelito Kue, que ocupa área de reserva legal da fazenda Cambará, em Iguatemi, sul do estado. A intenção da visita foi constatar a complexa e grave situação em que os índios vivem atualmente. As atividades foram realizadas durante novembro e dezembro de 2012, e o relatório, aprovado em 16 de abril pela Comissão.

O relatório ainda ressaltou o trabalho proativo do MPF na defesa dos direitos indígenas. "Especialmente em Dourados, os índios têm no procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida um grande aliado. Ele é um dos responsáveis pela construção de uma saída para os conflitos da região".

CONT.



Depois da visita ao acampamento, que contou com a participação do procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, a Comissão constatou que a situação dos indígenas de Mato Grosso do Sul impressiona pela dimensão e persistência: "Expulsão de seus territórios, atraso na demarcação das terras de uso tradicional e violação dos direitos humanos mais básicos como o acesso à saúde, educação e à alimentação".

Os guarani-kaiowá reivindicam 38 terras indígenas, sendo que apenas 11 delas estão regularizadas e em posse das comunidades. As outras áreas, apesar de identificadas, declaradas ou em processo de identificação, já com estudos comprovando sua tradicionalidade, não podem ser retomadas pelos índios. A população dos Guarani-Kaiowá é de 45 mil pessoas. Eles ocupam pouco mais de 30 mil hectares no estado – o que corresponde a 0,1% do território sul-mato-grossense.

"Matar índios é tradição", diz MPF/MS

A constante violência que os guarani-kaiowá enfrentam também foi analisada pela comissão. Somente na Reserva Indígena de Dourados, foram registrados 75 assassinatos nos últimos dois anos, entre eles, duas crianças indígenas. O relatório afirma que "matar índios já se tornou uma tradição na região". Dados do MPF revelam que, desde 2000, aconteceram 555 suicídios, 98% deles por enforcamento, 70% cometido por homens na faixa dos 15 aos 29 anos.

Pyelito Kue, entregues à própria sorte

A comissão apurou que há mais de um ano as crianças da comunidade Pyelito Kue deixaram de frequentar a escola por não ter disponível nenhum meio de transporte. O proprietário bloqueia a estrada por um lado e, pelo outro, onde está o Rio Hovy, a passagem só é possível por barco. Também não há segurança pública, alimentos suficientes para o grupo nem assistência à saúde. "Nem mesmo para o atendimento dos casos mais graves. São 150 pessoas entregues à própria sorte. Para esta comissão está claro que existe o perigo real de acontecer uma fatalidade".

Comissão Externa

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados foi criada depois de decisão judicial que determinou a retirada do grupo indígena da fazenda Cambará. Outra motivação foi uma carta em que os índios se declaravam dispostos a morrer pelas suas terras

STF rejeita manobra do governo de MS contra demarcação de terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 01.05.2013



O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o pedido do Estado de Mato Grosso do Sul para figurar como parte em processo que questiona a demarcação da Terra Indígena Taquara, em Juti. O Estado justificava a medida argumentando que, caso houvesse demarcação, seria ele o responsável pela indenização aos proprietários.

A Justiça Federal de Naviraí remeteu os autos ao STF em 2010, por considerar que, se o

Estado fosse incluído no processo, haveria o chamado conflito federativo entre Mato Grosso do Sul e a União, o que obrigaria o julgamento ser realizado pelo Supremo.

Na decisão, a ministra Cármen Lúcia entendeu que as tentativas do Estado de MS de ingressar em ações judiciais ao lado de proprietários rurais contra a União e a Funai forçam um "aparente conflito federativo". Para a ministra, esta é uma "prática reprovável, prestante apenas a retardar a solução da controvérsia e a pacificação social que dela se espera".

A partir de agora, a ação volta a tramitar normalmente na Justiça Federal de Naviraí. O processo demarcatório da Terra Indígena Taquara, no entanto, continua suspenso até que haja uma decisão final.

História - Na década de 1950, a população indígena que habitava originalmente os 9.700 hectares da TI Taquara foi removida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e dispersa por várias localidades. Em 1999 alguns índios reocuparam uma fração do terreno (96,8 há), que faz parte da Fazenda Brasília do Sul. Os proprietários entraram no mesmo ano com ação de reintegração de posse, mas a Funai já havia iniciado estudos para demarcação.

Desde então, uma longa disputa judicial está em andamento. Se por um lado os órgãos de proteção aos índios tentam garantir a ocupação tradicional da terra, por outro, os proprietários da fazenda e o Estado de MS sustentam que, à época da aquisição do imóvel, não existia ocupação indígena no local. Após ingressar no STF, em 2010, o processo demarcatório foi suspenso. Agora, a Justiça Federal de Naviraí irá decidir pela validade da demarcação da TI Taquara.

As disputas entre índios e fazendeiros são marcadas pela violência. Em janeiro de 2003 o cacique guarani kaiowá Marco Veron foi brutalmente assassinado. Agressores contratados pelo fazendeiro dispararam e espancaram os indígenas. Veron, à época com 72 anos, não resistiu às agressões e morreu com traumatismo craniano. O caso ganhou repercussão internacional e foi o único homicídio de indígena no MS que teve julgamento e condenação.



Comitiva de Brasília é acusada de abandonar audiência e deixar indígenas sem resposta

SÍTIO PORTAL ORM, 01.05.2013

A saída de Daniela é a principal reivindicação dos índios para deixar a sede da Sesai em Belém

O secretário substituto da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Fernando Rocha, juntamente com comitiva vinda de Brasília, abandonou a audiência no Ministério Público Federal (MPF), realizada na última terça-feira (30), com cerca de 70 índios de diversas etnias, sem dar uma resposta definitiva sobre a continuidade no cargo da diretora do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins, Daniela Cavalcante. A saída de Daniela é a principal reivindicação dos índios para não ocupar mais a sede da Sesai, no centro de Belém, e a Casa de Saúde Indígena (Casai), do distrito de Icoaraci.

Depois de aproximadamente cinco horas de discussão, com momentos de exaltação, entre os líderes indígenas e os representantes da secretaria, Daniela e a comitiva de representantes aproveitaram o intervalo para sair sem dar um posicionamento. Para a comitiva, a reunião do MPF foi considerada um "linchamento público" da diretora. Rocha disse que não discutiria o assunto. "A discussão da Sesai é de assistência. Nós não vamos dizer quem vai ficar ou sair. Nós vamos avaliar a pauta de assistência", enfatizou Rocha. No entanto, os papéis com todas as reivindicações de saúde entregues pelos povos ficaram em cima da mesa de audiência.

Muitos líderes indígenas se revezaram para reclamar dos problemas com a gestão de Daniela, como falta de infraestrutura dos polos da Casai nos municípios, veículos de transporte quebrados e falta de equipes médicas. "Nós estamos lutando para viver; quem vai olhar por nós? Quem vai falar por nossos filhos? A situação é muito feia", disse Tuxati Gavião Parkatêge. Após a saída da Sesai, os índios, o representante do MPF, assistente especial Paulo Rabelo, e o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Belém, Juscelino Bessa, ficaram sem informação. "Os caras deixaram a gente, não levaram a documentação; o que eles anotaram eles não levaram, não assinaram a ata, não respeitaram nada. Sem nenhuma justificativa foram embora. Quer dizer, a pessoa vem lá de Brasília, gastando o dinheiro público e faz uma palhaçada dessas", reclamou Piná Tembê. As etnias vão definir as próximas ações.

Em sua defesa, Daniela Cavalcante disse que o cargo que ocupa não foi por decisão política, mas técnica. "Eu não venho fazendo as coisas para a minha vida pessoal. Nós não tínhamos água, luz, radiofonia, telefones nos polos. Agora estão comprando telefone para os polos e Casai". Ela afirmou que a decisão de demitir funcionários foi ocasionada reclamações dos índios. Durante as explicações, os ânimos se exaltaram por diversas vezes. "Você me respeite, deixe de mentir. Você tem que falar a verdade", falou o líder Naldo Tembê.

Na avaliação do coordenador da Funai, Juscelino Bessa, não há clima para a diretora continuar. "Daniela não tem a menor condição de continuar no cargo e trabalhar. O momento é de recompor o diálogo com os índios. Aqui nós temos uma situação que está se agravando muito",
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 072 / 2013

Brasília, 02 de maio de 2013.

avaliou. Outra discussão ocorreu entre Rocha e Bessa, que foi acusado de estar influenciando os índios. "Você não deveria ter falado nada, antes ter ficado calado. Não cabe a servidor público insuflar essa situação", afirmou Rocha, antes de sair do local. O deputado estadual Edmilson Rodrigues também esteve presente e declarou apoio aos indígenas e pela a saída da servidora.

Bolívia: Línguas indígenas na sala de aula
SÍTIO INFOSUR HOY, 01.05.2013

Escolas de ensino fundamental e médio são obrigadas por lei a oferecer um idioma nativo e um estrangeiro, além do espanhol.

LA PAZ, Bolívia – As línguas indígenas agora estão sendo ensinadas nas salas de aula bolivianas.

Pela primeira vez na história do país, idiomas nativos são oferecidos a 2,7 milhões de estudantes de ensino fundamental e médio na Bolívia. O novo currículo de 2013 especifica que a disciplina “Língua e Comunicação” será ministrada em três idiomas: o espanhol, uma língua estrangeira e uma indígena.

Neste ano, a disciplina começou a ser ensinada no primeiro ano do ensino fundamental e médio. A cada ano, será estendida para a série seguinte, pois a meta de longo prazo é que seja oferecida em todos os níveis, segundo o vice-ministro de Educação Regular, José Quiroz.



Alunos do primeiro ano do colégio Gregorio Reynolds, em La Paz, estudam a língua indígena aimará, além de espanhol e inglês. A medida foi uma resposta à nova lei da educação que determina o ensino de uma língua nativa durante o primeiro ano do ensino fundamental e médio na Bolívia. (Gemma Candela para Infosurhoy.com)

A língua nativa a ser ensinada dependerá da localização da escola. Na Bolívia, 36 idiomas indígenas são falados, além do espanhol. A língua estrangeira também poderá variar entre o inglês, o francês e, ao longo das regiões de fronteira entre o país e o Brasil, o português.

Os Conselhos Sociais Comunitários serão responsáveis por escolher as línguas a serem incluídas na disciplina trilingue. Esses grupos serão formados por educadores, pais, representantes indígenas, dirigentes de escolas e estudantes.

A etnia tacana foi uma das primeiras a entregar ao Ministério da Educação Regular o seu currículo regionalizado. O documento inclui conhecimentos tradicionais do povo tacana, que foram considerados na elaboração do conteúdo da nova disciplina.

Aprovada em 2010, a Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez, que regula a educação na Bolívia, prevê que os estudantes devem conhecer não apenas a língua materna, como também o conhecimento tradicional de seus povos.

“Quando os médicos vão cumprir o ano de província [período de serviço obrigatório nas áreas

CONT.

rurais], não conseguem falar com o nosso povo”, diz Franklin Gutiérrez, presidente do Conselho Nacional de Pais e Mães.

Treinamento profissional



Alunos chegam para o início da aula na escola México, em La Paz, onde os estudantes do primeiro ano do ensino fundamental e médio deverão aprender espanhol, inglês e a língua indígena aimará. (Gemma Candela para Infosurhoy.com)

O Conselho Nacional de Pais e Mães solicitou ao Ministério da Educação o treinamento de professores que ministrarão a nova disciplina.

“Mais de 90% dos professores não são trilíngues”, afirma o diretor da Federação do Magistério Urbano de La Paz, José Luis Álvarez, que fala espanhol, embora a língua nativa de sua família seja o quechua. “Só entendo [o quechua] quando escuto falarem.”

Nas zonas rurais, onde a primeira língua é a nativa, os professores frequentemente usam o espanhol, diz o diretor da Fundação Machaqa Amawt’a, Isaac Ticona, que trabalha na educação de povos aimarás e urus.

Ticona diz que esses professores usam as línguas originárias como complemento quando não conseguem explicar um conceito em espanhol. A ideia é que, com as novas regras, o professor também ensine o idioma indígena e o estrangeiro, o que claramente aponta a necessidade de capacitação, segundo Gutiérrez.

O ano escolar de 2013 começou em 4 de fevereiro e, até agora, o governo treinou 44.000 dos 140.000 professores do país para adotarem o novo currículo, afirma Quiroz.

Migração interna

Ainda não há decisão sobre as migrações internas. Na cidade de Santa Cruz, no leste da Bolívia, o guarani é a língua predominante. No entanto, alguns bairros, como o Plan 3000, abrigam imigrantes das etnias quechua e aimará.

Em casos como esse, a comunidade escolhe se os estudantes deverão aprender a língua nativa ou o dialeto da cidade adotada.

Além disso, Santa Cruz concentra comunidades menonitas alemãs, mas ainda não foi definido se a disciplina trilíngue será ensinada em espanhol, quechua e alemão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 072 / 2013

Brasília, 02 de maio de 2013.

“O fato de as línguas nativas não terem um sistema de escrita próprio não impede o aprendizado”, diz Ticona.

O artigo 7 da Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez especifica que os alunos devem iniciar a vida escolar em sua língua nativa e ela deverá ser usada em todo o período de formação.

Esse objetivo, no entanto, ainda não foi atingido, pois algumas partes do país ainda não estabeleceram como a disciplina trilingue será ensinada, enquanto outras incorporaram o espanhol, o inglês e um idioma indígena aos seus currículos. Outras escolas têm apenas sinais nas três línguas e terão de determinar como ministrarão as novas aulas.

O colégio Gregorio Reynolds, em La Paz, ensina sua disciplina trilingue em espanhol, inglês e aimará, segundo a diretora acadêmica da escola, Paola Trujillo.

“Estamos dando a eles o básico, como fazemos com o inglês”, afirma Paola. “Estamos começando pelo mais elementar.”